

SEPA – Benefícios

Bancos

- Possibilidade de **expansão do seu negócio e competir a nível europeu**.
- **Conjunto único de normas**, acesso generalizado, aberto e equitativo, transparência e concorrência,
- Possibilidade de **negociar melhores condições com os respectivos fornecedores de serviços** (vd. Pagamentos e SI).

Fornecedores de Infra-estruturas

- **Aumento da Concorrência** entre fornecedores de infra-estruturas (**ACH** e **processadores de cartões**) com a separação entre estes e a gestão dos sistemas em si (**unbundling**).
- Deixarão de estar limitados às fronteiras nacionais,
- **Interoperabilidade ou interligação** entre os diferentes fornecedores de infra-estruturas (vd. ECHA) através de um conjunto comum de normas técnicas.

⇒ SEPA = benefícios aos grandes *players* europeus

SIBS, SA, restrito

21

EPC

O que é o EPC?

- **European Payments Council** – Comissão Europeia de Pagamentos.
- Entidade que surge no âmbito do movimento auto-regulador da indústria de pagamentos. É o órgão **proprietário do scheme de débitos directos** e transferências a crédito SEPA.
- É o órgão de decisão e coordenação da **indústria bancária europeia** relativo aos sistemas de pagamentos.
- Tem como objectivo **suportar e promover a criação da SEPA**
- Desenvolve **Schemes e Frameworks** necessários à implementação da SEPA
- Define orientações estratégicas ao nível da standardização, define **regras, boas práticas e standards**, e suporta e monitoriza a sua implementação.

Como nasceu?

- O EPC foi criado em **2002** quando foi apresentada a visão para a SEPA, com 42 Bancos, Associações Europeias de Instituições de Crédito¹⁾ e a EBA²⁾

¹⁾ECSA's – European Credit Sector Associations

²⁾EBA – Euro Banking Association

SIBS, SA, restrito

22

EPC

Visão do EPC



"We, the European banks and European Credit Sector Associations:

- Share the common vision that **Euroland payments are domestic payments**,...
- Join forces to implement this vision **for the benefit of European customers**, industry and banks and accordingly,
- **Launch** our Single Payments Area"

SEPA DD - Enquadramento

- Princípio da separação entre **Scheme** e **Infra-estrutura**

Produtos e
Serviços

- **Nível Competitivo**
- Os Participantes oferecem serviços base e adicionais de acordo com sua estratégia

Scheme

- **Nível Cooperativo**
- EPC define regras de gestão dos Schemes, de negócio, standards, modelo de dados e assegura a interoperabilidade

Infra-estrutura

- **Nível Competitivo**
- Onde os CSMs (Mecanismos de Compensação e Liquidação) actuam

SEPA DD - Enquadramento

Scheme SEPA

- Um conjunto de **regras, práticas e standards**, para a prestação e operação de um instrumento de pagamento SEPA, acordado a nível **interbancário**, num meio **competitivo**.

Rulebook

- **Documento** que define as regras e obrigações de um *scheme*
- Fornece informação aos Participantes e a outras partes relevantes envolvidas sobre **como funciona o *scheme***.
- Fornece informação relevante a Participantes, fornecedores de tecnologia e CSM's para **suportar projectos de implementação e desenvolvimento**.
- Define os **requisitos de negócio e as regras interbancárias para operação de um *Scheme***.
- É complementado com **outros documentos mais específicos**

SEPA DD - Enquadramento

Implementation Guidelines (IG)

- Documentos complementares ao *Rulebook* SEPADD,
- Definem as regras para implementação do standard ISO 20022 XML.
- Divididas em dois documentos:

SEPA Core DD Scheme Inter-bank IG:

- regras **mandatórias** relativas às mensagens interbancárias

SEPA Core DD Scheme Customer-2-Bank IG:

- regras **recomendadas** na relação entre Clientes e Bancos

SEPA DD - Enquadramento

Standard ISO 20022 XML

- Standard definido pela SWIFT desde 2004
- Última versão aprovada pela ISO em **Março 2009**
- Define os dados necessários para transferir informação financeira entre IF's (Standard para a **indústria financeira**), ou entre Clientes e IF's (C2B).

Vantagens do XML

- Sintaxe que permite transportar **informação estruturada**
- Usa **tags** que permitem identificar o objectivo de cada **componente de informação**, indicando o início e o fim da mesma,
- Legível pelos computadores (**linguagem formal**).

SEPA DD – Enquadramento legal

Regulamento nº 2560/2001

- Define os **1ºs objectivos do mercado único de pagamentos**, obriga a **uniformização dos tarifários** aplicáveis a operações nacionais vs transfronteiras em euros até 50.000 €;
- Aconselha a utilização do **BIC** e do **IBAN**

DSP - Directiva Serviços de Pagamento 2007/64/CE

- Novo enquadramento comunitário dos serviços de pagamento, assegurando **condições de concorrência equitativas** entre os sistemas de pagamentos europeus;
- Foco na escolha do **consumidor** em melhores condições de **segurança, eficácia e eficiência de custos**.

DL nº 317/2009 de 30 Out. – Transposição da DSP

- **Transpõe** para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2007/64/CE

SEPA DD – Enquadramento legal

DL nº 317/2009 – Transposição da Directiva

- Artº 3º - Âmbito de Aplicação

Serviços de pagamento prestados em Portugal

- Pelos prestadores de serviços **com sede em Portugal** e respectivos agentes,
- Pelos agentes e sucursais de prestadores de serviços **sediados noutro Estado membro**.

Contratos Quadro

- Devem ser **fornecidos ao utilizador** do serviço de pagamentos as seguintes informações e condições:
- Descrição das **principais características do serviço** de pagamento a prestar
- **Identificador único** que permita identificar uma ordem de pagamento
- Forma e procedimentos de comunicação do **consentimento** para executar uma operação de pagamento e para a retirada desse consentimento...
- **Praxe máximo de execução** aplicável à prestação dos serviços de pagamento.

Interpretação e decisão por IC: alteração a contratos de abertura de conta, adendas, informação via extractos, publicação *homebanking*...

SIBS, SA, restrito

29

SEPA DD – Enquadramento legal

DL nº 317/2009 – Transposição da Directiva

- Artº 68 – Obrigações do Prestador de Serviços de Pagamento (PSP):

— ...

- d) o PSP deve facultar ao utilizador do serviço de pagamento, a pedido deste, os meios necessários para **fazer prova, durante 18 meses** após a notificação do utilizador de perda ou roubo ou apropriação abusiva do instrumento de pagamento.

SIBS, SA, restrito

30

SEPA DD – Enquadramento legal

DL nº 317/2009 – Transposição da Directiva

- **Artº 69 – Comunicação de operações de pagamento não autorizadas**

- O utilizador tem direito a obter rectificação por parte do PSP,
- se após ter tomado conhecimento de uma **operação de pagamento não autorizada ou incorrectamente executada...**
- comunicar o facto ao respectivo PSP sem atraso injustificado e dentro de um **prazo nunca superior a 13 meses a contar da data do débito.**

SEPA DD – Enquadramento legal

DL nº 317/2009 – Transposição da Directiva

- **Artº 74 – Pedidos de reembolso de operações de pagamento iniciadas pelo beneficiário**

- O ordenante tem direito a apresentar o pedido de reembolso, durante o **prazo de 8 semanas** a contar da data em que os fundos tenham sido debitados.
- No prazo de 10 dias a contar da data da recepção de um pedido de reembolso, o **PSP reembolsa o montante integral** da operação de pagamento, ou apresenta uma justificação para recusar o reembolso.

SEPA DD – Enquadramento legal

DL nº 317/2009 – Transposição da Directiva

- Artº 101 – adaptação dos contratos em vigor

- 1 - O regime constante do presente regime jurídico não prejudica a validade dos contratos em vigor relativos aos serviços de pagamento nele regulados, sendo-lhes desde logo aplicáveis as disposições do presente regime jurídico que se mostrem mais favoráveis aos utilizadores dos serviços de pagamento.
- 2- ...os PSP devem adaptar os contratos vigentes antes da entrada em vigor do presente regime jurídico, ...,
- a partir da sua data de entrada em vigor e no prazo máximo de seis meses.

SEPA DD – Enquadramento legal

DL nº 317/2009 – Transposição da Directiva

- Artº 102: consentimento

- As condições contratuais referidas no Artº 101, consideram-se tacitamente aceites pelos utilizadores dos serviços de pagamento se:
 - a) Estes não manifestarem a sua oposição nos dois meses seguintes à recepção das aludidas condições; ou
 - b) Estes solicitarem ao prestador de serviços de pagamento quaisquer novos serviços ao abrigo dos contratos adaptados.

SEPA DD – Enquadramento legal Impacto DL 317/2009 no SDD nacional

Visão do utilizador
final (Devedor)

Antes 1-Nov-2009

Após 1-Nov-2009

¹ Os Reembolsos são conhecidos no SDD nacional como "Revogações"
SIBS, SA, restrito

35

SEPA DD – Enquadramento legal Impacto DL 317/2009 no SDD nacional

Visão do utilizador
final (Devedor)

~~Antes 1-Nov-2009~~

Após 1-Nov-2009

Reembolsos¹
(B. Devedor)

Reembolso por
ausência de ADC¹
(Devedor)

~~30 dias~~

~~90 dias~~

8 semanas

13 meses

No questions
asked

- A DSP (DL317/2009) introduziu o conceito de **Débitos Directos transnacionais** com regulamentação transversal.

¹ Os Reembolsos são conhecidos no SDD nacional como "Revogações"
SIBS, SA, restrito

36

SEPA DD – Enquadramento legal

Regulamento n.º 924/2009

Pagamentos transfronteiriços na Comunidade

¹Taxa de intercâmbio na terminologia do Regulamento 924/2009. Na documentação do EPC aparece como MIF – Multilateral Interchange Fee

SIBS, SA, restrito

37

SEPA DD – Enquadramento legal

Regulamento n.º 924/2009

Pagamentos transfronteiriços na Comunidade

- Entrada em vigor a **1 Nov. 2009**
- **Incorpora os débitos directos**, o que não acontecia com o Regulamento n.º 2560/2001
- **Obriga os bancos do SDD nacional a aderirem aos DD SEPA Core até 1 Nov. 2010** (Art.º 8)
- **Assegura a harmonização de nomenclaturas**
- Aceita **MIF¹** (Multilateral Interchange Fee) para DD nacionais e transfronteiriços até 2012
- Aplica-se aos pagamentos em Euros e coroas suecas **até 50.000** ou equivalente
- **Igualdade de encargos** para operações nacionais e transfronteiras na SEPA **até 50.000 €**, com BIC e IBAN
- **Minimiza o Reporte estatístico** para operações de montantes até 50.000 € (antes 12.500 €)

¹Taxa de intercâmbio na terminologia do Regulamento 924/2009. Na documentação do EPC aparece como MIF – Multilateral Interchange Fee

SIBS, SA, restrito

38

SEPA DD – Enquadramento legal Regulamento n.º 924/2009

• Artigo 8.º

Acessibilidade para operações de débito directo

SEPA DD – Enquadramento legal Regulamento n.º 924/2009

• Artigo 8.º

Acessibilidade para operações de débito directo

- 1. O PSP de um ordenante que esteja disponível para uma **operação nacional** de débito directo expressa em euros sobre a conta de pagamento desse ordenante
- 2. deve também estar disponível para as operações de débito directo expressas em euros iniciadas por um beneficiário por intermédio de um PSP **situado em qualquer Estado-Membro**.
- 3. Os PSP devem cumprir os requisitos dos n. os 1 e 2 até 1 Nov. 2010.

SEPA DD – Enquadramento legal SEPA vs DSP

SEPA

DSP

¹⁾ (GBP etc.)
²⁾ EEA – European Economic Area (=27 da UE + Noruega, Islândia, Liechtenstein)
³⁾ SCF – SEPA Cards Framework
 SIBS, SA, restrito

41

SEPA DD – Enquadramento legal SEPA vs DSP

	SEPA	DSP
Moeda	Euro	Euro + moedas Estados não-Euro ¹⁾ , Estados da EEA ²⁾
Natureza regulamentar	Auto-regulação (vd. EPC)	Directiva
Âmbito geográfico	UE, EEA, Suíça e Mónaco	UE e EEE
Tipo de pagamentos	SEPACT, SEPA DD e operações c/cartões em €	Todos os serviços de pagamentos definidos no Anexo à DSP
Âmbito temporal	Jan. 2008 p/ SEPACT, Nov. 2009 para SEPA DD, etc.)	1 Nov. 2009
Foco	Schemes SEPACT e SEPA DD focam-se na relação PSP-PSP B2B)	Foca-se na relação U-2-PSP (C2B)

¹⁾ (GBP etc.)
²⁾ EEA – European Economic Area (=27 da UE + Noruega, Islândia, Liechtenstein)
³⁾ SCF – SEPA Cards Framework
 SIBS, SA, restrito

42

Mais informação sobre a SEPA



EPC: www.europeanpaymentscouncil.eu

Banco de Portugal: www.bportugal.pt

Comissão Europeia, DG Internal Market: ec.europa.eu/internal_market_

EBA: www.abe.org

SIBS, SA, restrito

43



Coffee-break

15 minutos

SIBS, SA, restrito

44

Agenda

- Objectivo da formação
- Enquadramento e contexto SEPA
- **SERVIÇOS DE DÉBITOS DIRECTOS SEPA**
- Implementação dos SEPA DD – SIBS
- *e-Mandate* e perspectivas de futuro

Débitos Directos

O que são Débitos Directos ?

Recordatório

Reg. 924/2009

- um serviço de pagamento que consiste em **debitar a conta de pagamento de um ordenante**,
- sendo a operação de pagamento **iniciada pelo beneficiário**
- com base no **consentimento** dado pelo ordenante ao beneficiário, ao PSP do beneficiário ou ao PSP do próprio ordenante."

Manual de Funcionamento V. 1.5, Anexo 11 – Glossário

- Instruções de débito ou cobranças efectuadas por um credor SIBS, **através de um BC** com o qual possui um ou vários acordos, e com destino a uma **conta bancária do cliente Devedor** de acordo com o BIC e IBAN por este indicado."

Débitos Directos

O que são Débitos Directos ?

Recordatório

Para os Devedores

- Um meio de efectuar **pagamentos** através das suas contas bancárias

Para os Credores

- Um meio de efectuar as suas **cobranças** utilizando um processo automatizado

Iniciativa do Credor

- No DD cabe ao Credor (Beneficiário) **ordenar o débito** na conta do Devedor, nos termos previamente acordados entre ambos

ADCs (Mandates)

- O Débito Directo pressupõe sempre a existência de uma **Autorização de Débito em Conta – ADC** – do Devedor ao Credor ou ao seu Banco

SIBS, SA, restrito

47

Débitos Directos

Proposta de Valor

Recordatório

Devedor

- **Comodidade** ("passividade"), evita deslocações e esquecimentos
- Apenas deve conferir pré-notificação do Credor.
- **Simplicidade e eficiência** ao efectuar pagamentos recorrentes.
- **Segurança**, o cliente tem a possibilidade de anular débitos indevidos, com **reembolso imediato**.
- **Autorização obrigatória pelo Devedor.**

Credor

- **Forma rápida, simples e eficiente** para efectuar cobranças
- **Melhor gestão de tesouraria (controlo sobre a data da cobrança)**
- **Redução de custos**
- **Taxa de cobrança superior** a outros meios de pagamento
- **Fidelização de clientes**

Sistema Financeiro

- **Bancarização da economia**
- **Aumento de volume de negócios**
- **Fidelização de clientes**
- **Eficiência e elevado nível de segurança**
- **Redução de custos** (back-office e front office)
- **Risco reduzido**
- **Serviços interbancários universais** (reduz esforço de marketing, custos e riscos)

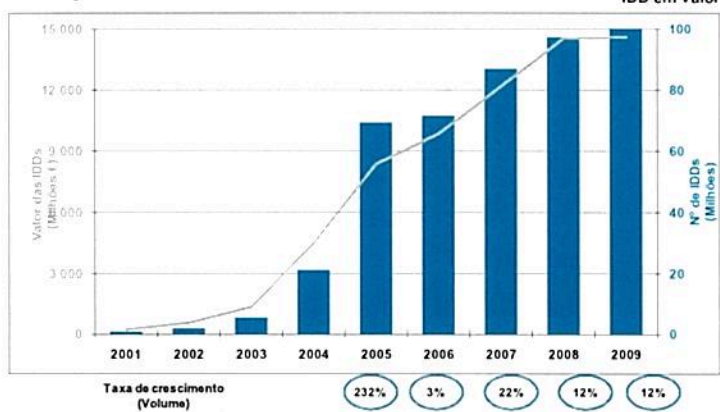
SIBS, SA, restrito

48

Débitos Directos

Relevância do instrumento em Portugal

Instruções de Débito Directo – Valor e Volume



- SDD em crescimento de 2 dígitos, atingiu **109 milhões de operações em 2009** (ultrapassou pela 1ª vez os cheques).
- Assumindo uma taxa de crescimento constante (12%), atingiremos **150 milhões em 2012**

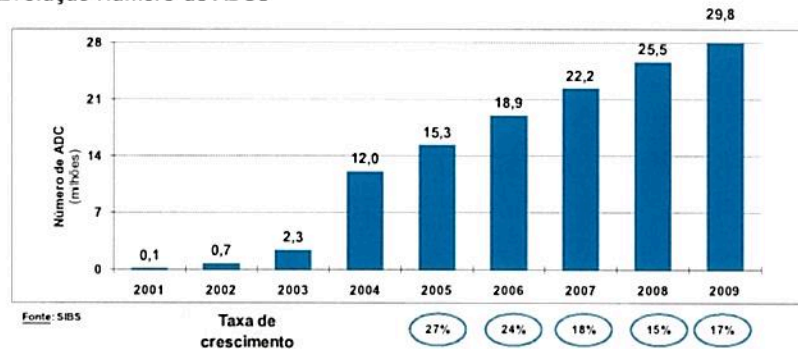
SIBS, SA, restrito

49

Débitos Directos

Relevância do instrumento em Portugal

Evolução Número de ADCs



Fonte: SIBS

- **30 milhões de ADCs em 2009**
- Assumindo uma taxa de crescimento constante (15%), atingiremos **40 milhões de ADCs em 2012**

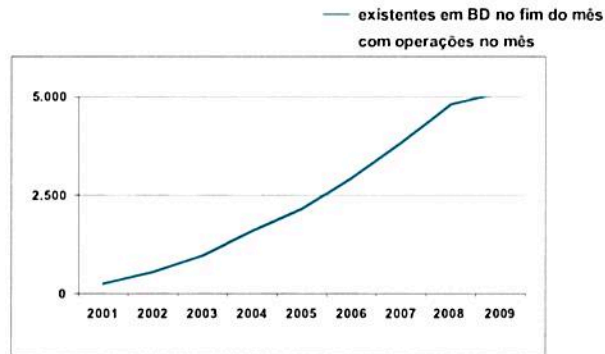
SIBS, SA, restrito

50

Débitos Directos

Relevância do instrumento em Portugal

Evolução Número de Credores



Fonte: SIBS

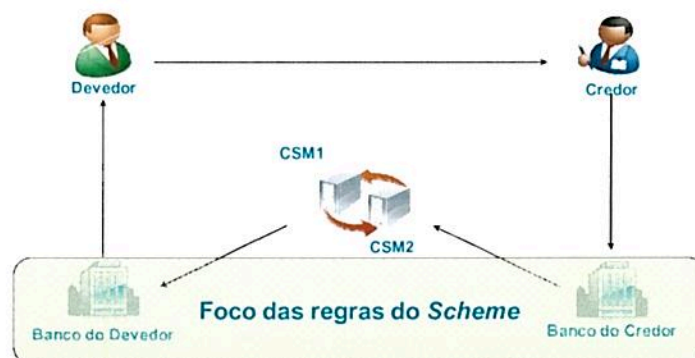
- 5.000 Entidades Credoras registadas, das quais 2.500 com operações no último mês
- Universo potencial de 300.000 empresas (total nacional)

SIBS, SA, restrito

51

4 Corner Model

- Aplicabilidade do Modelo dos 4 intervenientes

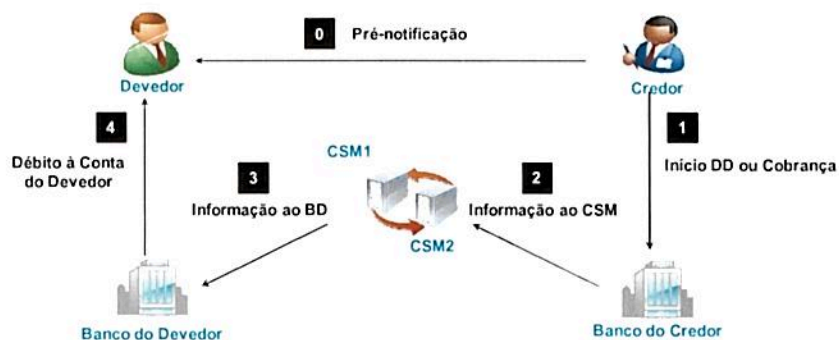


SIBS, SA, restrito

52

4 Corner Model

- Aplicabilidade do Modelo dos 4 intervenientes



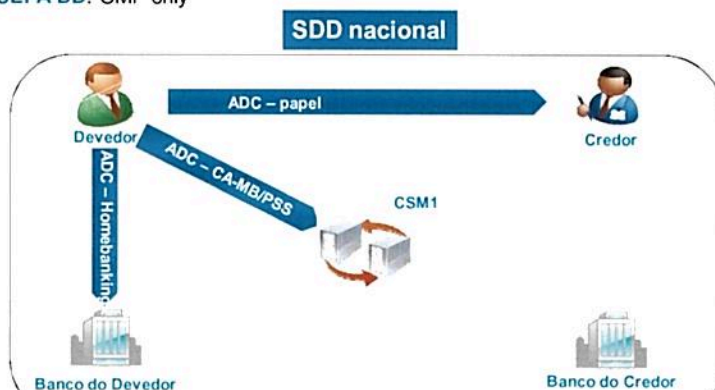
Nota: O prazo para creditar o Credor sobre cobranças está fora do âmbito do scheme.

SIBS, SA, restrito

53

Debtor Mandate Flow vs Creditor Mandate Flow

- No **Debtor Mandate Flow**, o Mandato entra no sistema bancário através do **Devedor**
 - **SDD nacional**: DMF + CMF
- No **Creditor Mandate Flow**, o Mandato entra no sistema bancário através do **Credor**
 - **SEPA DD**: CMF only

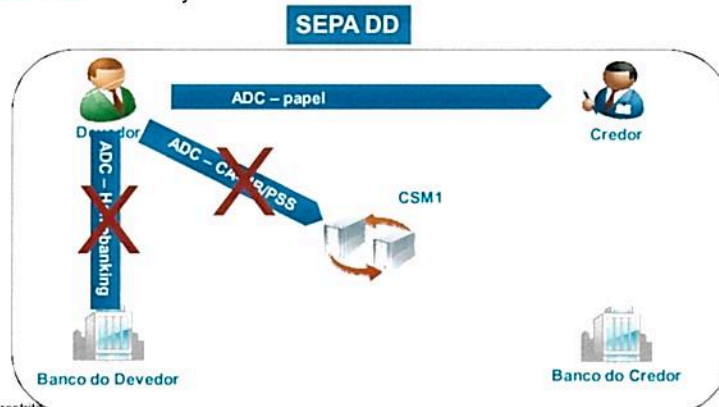


SIBS, SA, restrito

54

Debtor Mandate Flow vs Creditor Mandate Flow

- No **Creditor Mandate Flow**, o Mandato entra no sistema bancário através do **Credor**
SEPA DD: CMF only



55

SEPA DD – Schemes Core vs B2B

O que são DD SEPA?

- Transações interbancárias, que possibilitam aos Credores apresentar cobranças através de ICs com base numa **ADC** – Autorização de Débito em Conta (Mandate), **atribuída por um Devedor a um Credor**.

O que diferencia os 2 Schemes?

- Ambos se destinam a transações de DD em euros, no espaço SEPA.
- O Scheme B2B baseia-se no **Core**, partilha a maioria dos conceitos, regras, mensagens e atributos, acrescentando uma **maior certeza no sucesso da cobrança**.
- No **Core** os D e EC podem ser particulares, PME's, empresas, ou entidades públicas
- No **B2B** não podem ser particulares (têm de ser "**non consumers**");

A abordagem desta formação é o **detalhe sobre o scheme core**, e depois o assinalar das especificidades do **Scheme B2B**.

SIBS, SA, restrito

56